

## PLANO DE AÇÃO

1. No dia 29 de janeiro de 2021, a Direção Pedagógica fez a avaliação dos resultados e processos desenvolvidos no 1º período do ano letivo 2020/2021.
2. De acordo com o Plano de Organização do Ano Letivo, que aprovámos no final do ano letivo anterior, e seguindo as orientações da tutela, demos prioridade à saúde e segurança dos alunos, professores e restantes trabalhadores da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça (EPBJC) e procurámos garantir todas as atividades letivas, em regime presencial e à distância, para os alunos que, de acordo com as deliberações das autoridades de saúde, tinham que ficar em confinamento.
3. Pusemos em prática um Plano de Contingência com medidas ao nível da distribuição e utilização dos espaços e dos tempos letivos (intervalos), duplicámos as equipas de limpeza e higienização das delegações, reforçámos os Serviços de Psicologia e Orientação, antecipámos a realização da Formação em Contexto de Trabalho (FCT) do 12º ano para o 1º período, diminuindo o número de alunos presentes na Escola em cerca de 30%.
4. A FCT decorreu, maioritariamente, em regime presencial e/ou teletrabalho e, só em alguns casos, em prática simulada, sendo de sublinhar a grande receptividade de muitas empresas e instituições, mesmo em contexto de pandemia. Avaliamos muito positivamente a forma como, globalmente, decorreu a FCT.
5. O número de professores, alunos e outros trabalhadores em isolamento ou confinamento profilático teve altos e baixos, mas nunca pôs em causa o normal funcionamento da Escola. Todos os alunos em confinamento tinham atividades letivas à distância, pelo que nunca perdemos a ligação com os mesmos.
6. Como é natural, a pandemia afetou muito o desenvolvimento de outras atividades, nomeadamente, as não letivas, como as visitas de estudo, a realização de projetos com a comunidade, etc. No entanto, de forma ajustada, foi possível trabalhar o tema de Projeto Escola: “O Serviço Nacional de Saúde (SNS)”. Foi possível, em várias delegações, trazer equipas de saúde para conversarem com os alunos, realizar alguns projetos com a comunidade e preparar sessões de autoformação cooperada dos professores sobre temas relevantes, como Cidadania e Desenvolvimento, o sistema EQAVET e as tecnologias digitais no ensino à distância.
7. Analisámos os resultados alcançados no final do 1º trimestre em três indicadores EQAVET por nós selecionados: desistências, absentismo e aproveitamento escolar (número de módulos não realizados – “NR”).

8. Comparativamente com igual período do ano anterior (ainda antes da crise pandémica), registamos uma taxa de desistências de 3% contra 3,6%. Foi um resultado melhor em todas as delegações, exceto no Barreiro. As melhorias mais significativas foram no 10º e 11º ano.
9. A taxa de absentismo foi de 5,5%, também melhor, em todas as delegações, que a registada no ano anterior (6,9%). Foram “compensadas” 71,2% das horas que necessitavam de o ser, mas este bom resultado global deve-se, em grande parte, aos bons resultados verificados nas delegações do Porto e do Seixal, pois, em algumas delegações, pouco mais de metade das horas foram compensadas. A percentagem de alunos que ultrapassou o limite de faltas (41%), também foi melhor do que no ano anterior (53%), sendo de sublinhar os bons resultados verificados no Barreiro e em Lisboa, onde também se registaram as melhores taxas de assiduidade.
10. Quanto aos módulos não realizados (NR), registou-se, em volume, uma taxa de 4,3%, um resultado, assim, pior do que em igual período do ano anterior (3,5%). Esta quebra verificou-se em todas as delegações, com exceção de Beja. Cremos que os resultados verificados neste indicador sejam uma seqüela da forma como decorreu a segunda metade do ano anterior, com o ensino à distância e a dificuldade em manter todos os alunos “ligados” à Escola. Aparentemente contraditório é o indicador da percentagem de alunos com módulos NR, que melhorou relativamente ao ano anterior - 30,8% contra 35,4%.

**Analizados e avaliados estes resultados e a atividade desenvolvida no 1º período, a Direção Pedagógica decidiu tomar as seguintes medidas:**

- I. Tendo em conta a evolução da pandemia, e conforme as decisões governamentais, aplicar o Plano de Organização do Ano Letivo que prevê que as atividades escolares se possam realizar em regime presencial, misto ou à distância, garantindo sempre a saúde e a segurança dos alunos, professores e restantes trabalhadores e assegurando que todos os alunos, sem exceção, tenham acesso às atividades letivas e à respetiva avaliação.  
No ensino à distância, deve ser construído um Plano Semanal de Trabalho para cada turma, com sessões síncronas e assíncronas, sendo obrigatório incluir no Plano duas sessões síncronas diárias. O Orientador Educativo de Turma (OET) deve reunir semanalmente com os alunos para avaliar o trabalho desenvolvido, bem como quaisquer dificuldades e problemas ocorridos, e apresentar o Plano para a semana seguinte.  
Os sumários devem ser feitos de acordo com o horário semanal da turma e os conteúdos devem refletir as atividades que foram apresentadas aos alunos. A ausência dos alunos nas sessões síncronas e a não entrega dos trabalhos nas datas definidas pelos professores devem dar lugar à marcação de falta.
- II. Tendo em conta, nomeadamente, as últimas orientações da ANQEP, a FCT, nas turmas do 11º ano, deve ser suspensa e retomada em maio, de modo a ficar concluída até ao final do ano letivo. A FCT

deve ser em regime presencial ou teletrabalho e, só excecionalmente e devidamente fundamentada, em prática simulada. Isto implica alterar os horários vigentes que poderão, em todas as turmas, ter um limite máximo de 7h/dia e 35h/semana.

- III. O considerável número de módulos não realizados, muito concentrados em alguns alunos, e o elevado número de horas por “compensar”, exige que cada OET e os professores da turma, para além de um levantamento da situação de cada aluno, desenvolvam processos de compensação, dando cumprimento aos Planos Estratégicos de Turma (aprovados nos Conselhos de Turma de Avaliação) e envolvendo, ainda, os alunos na sua operacionalização, nomeadamente através das Assembleias de Turma.
- IV. Na componente da Cidadania e Desenvolvimento, sempre tendo em conta as condições existentes, deverá ser realizada uma reunião de professores da Área de Integração, a nível nacional, durante o mês de Abril, para definir o modo como se irá conciliar o programa da disciplina, os temas obrigatórios da componente e o papel estruturante que atribuímos a esta disciplina curricular para a Cidadania e Desenvolvimento. Neste âmbito, devem também ser preparadas as atividades de Comemorações do 25 Abril e do 1º Maio e, por último, fazer um levantamento e reunir com associações e instituições da região, assumindo uma posição mais proactiva, com vista a aumentar o número de projetos com a comunidade.
- V. Logo que possível, quando em regime presencial, retomar a avaliação do trabalho docente, avaliando um professor por delegação, nomeadamente, de professores ainda não avaliados.
- VI. Executar o Plano de Formação e, em particular, realizar as sessões de autoformação cooperada de professores e dos trabalhadores não docentes que estão previstas. Sublinhe-se que as sessões de autoformação cooperada devem merecer uma cuidada preparação prévia, com o envolvimento direto dos diretores.

A Direção Pedagógica

29 Janeiro de 2021

Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Social Europeu



REPÚBLICA  
PORTUGUESA  
EDUCAÇÃO